

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Out

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2426/2020



RIO GRANDE DO NORTE



Natal/RN 01 de outubro de 2020
Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN
Ano IX N. 15

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

SINDFORTE-RN, TRABALHADORES PARTICIPAM DAS ASSEMBLEIAS E APROVAM CAMPANHA SALARIAL 2020/21



HISTORIANDO:

O SINDFORTE-RN, iniciou sua campanha salarial em janeiro deste ano, aonde tivemos algumas reuniões, mais com a chegada da pandemia do Covid-19 tivemos que suspendê-las, o prazo solicitado pela SINDESP (Sindicato Patronal) foi de 90 dias, ao término do prazo solicitamos a retomada das negociações, aonde os empresários não queriam retornar (queriam ganhar tempo) se aproveitando da pandemia!

Então enviamos um ofício solicitando o motivo, e demos um prazo de 48hs para a retomada da negociação.

Fomos atendidos e retomamos a negociação, desta vez de forma virtual, aonde tivemos 4 reuniões sem muito avanço nas pautas

apresentadas e aprovada pela categoria em assembleia, solicitamos então uma reunião no MPT-21, após a reunião e diante de todas as dificuldades conseguimos arrancar uma proposta para ser apresentada em assembleia para a categoria.

Foi feita a apresentação da proposta em Natal no dia 28 de setembro, em Mossoró no dia 29 de setembro e na costa branca dia 30 de setembro, aonde foram aprovadas por unanimidade pela categoria presente.

SINDFORTE-RN NA LUTA INCANSÁVEL EM DEFESA DOS TRABALHADORES

Em fiscalização na Vila Olímpica de Samambaia, Sindicato encontra desrespeito e discriminação

No dia 29/09/2020 os diretores do SINDESV-DF, Gilmar, Rogério e Josenir foram até a Vila Olímpica fazer uma fiscalização sobre as condições de trabalho dos vigilantes que prestam serviço no local e constataram diversos problemas. Os vigilantes sofrem perseguições diariamente, com ordens absurdas que afetam a rotina e a qualidade do ambiente de trabalho, em flagrante desrespeito a esses trabalhadores.

Diante disso, conseguimos agendar uma reunião, dia 30/09, na Secretaria de Esportes, onde fomos recebidos pelo Subsecretário dos Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Ziel Ferreira, e o Chefe da Unidade de Gestão, Coronel André Luiz Pinheiro.

Durante a reunião, os diretores do Sindicato denunciaram as perseguições que os vigi-



REUNIÃO NA SECRETARIA DE ESPORTES DO DF COM O SUBSECRETÁRIO DOS CENTROS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS, ZIEL FERREIRA, E O CHEFE DA UNIDADE DE GESTÃO, CORONEL ANDRÉ LUIZ PINHEIRO E OS DIRETORES DO SINDICATO ROGÉRIO, GILMAR E JOSENI

lantes vêm sofrendo no Centro Olímpico de Samambaia, caracterizando em péssimas condições de trabalho, o que é inaceitável, pois são profissionais qualificados e necessários para as demandas cotidianas do local.

Após ouvir as argumentações dos diretores do Sindicato e demais informações pertinentes, nos foi garantido que

a situação seria resolvida.

CENTRO OLÍMPICO DE PLANALTINA

Também levamos denúncias de situações que estão ocorrendo no Centro Olímpico de Planaltina e o Subsecretário dos Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Ziel Ferreira, disse que já considerava esses problemas como resolvidos.

DIEESE DIVULGA DADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 SOBRE GREVES



Milhares Na No primeiro semestre de 2020, o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE registrou 355 greves no país,

a maior parte realizada pelos trabalhadores do setor privado (195). No setor público, foram 160 paralisações. Do total, 90% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações.

No primeiro trimestre, que terminou pouco depois do anúncio das primeiras medidas de proteção contra o novo coronavírus, ocorriam cerca de 84 paralisações por mês. No segundo, com o impacto da pandemia, esse número caiu para 34.

Veja mais em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2020/estPesq97balancoGreves1semestre2020.html>

Fonte: Dieese

Governo prorroga por mais dois meses redução de jornada e suspensão de contratos

Ministro da Economia, Paulo Guedes anunciou que a redução de jornada e salários e a suspensão de contratos terá validade até o fim deste ano. 11 milhões de trabalhadores tiveram contratos renegociados



ROBERTO PARIZOTTI

A suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários foram prorrogadas pelo governo federal por mais dois meses, com validade até o final do ano, anunciou o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, nesta quarta-feira (30).

Como a prorrogação do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda (BEm) vale até o dezembro, a empresa que adotar a suspensão de contratos ou redução de salários em outubro, só poderá manter as medidas até o final do ano.

Ao todo o governo autorizou a suspensão de contratados e redução de salários por oito meses, desde que a Medida Provisória nº 936 passou a valer. A princípio tinha validade de quatro meses, mas depois com autorização do Congresso, o governo prorrogou por mais dois meses e agora estende o prazo mais uma vez.

Segundo a Secretaria de Previdência e Trabalho, 11 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada tiveram contratos renegociados e foram feitos 18 milhões de acordos.

Entenda como funciona a redução de jornada e salários e a suspensão dos contratos

A redução de jornada e salários e a suspensão dos contratos foram autorizadas pelo Congresso Nacional, que aprovou a Medida Provisória (MP) nº 936, apresentada pelo governo como uma medida que garante a manutenção dos empregos dos trabalhadores durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que agravou a crise econômica brasileira. Senadores e deputados autorizaram o governo federal a prorrogar as medidas pelo tempo que durar a pandemia.

Trabalhadores que tiveram contratos de trabalho suspensos, independentemente do valor de salário atual, vão receber 100% do valor a que têm direito de seguro-desemprego,

cujo teto é de R\$ 1.814,03, se trabalharem em empresas que tiveram faturamento de até R\$ 4,8 milhões em 2019.

Se o faturamento da empresa tiver sido maior, o trabalhador recebe 70% do valor do seguro-desemprego acrescidos de 30% de seu salário, pagos pela própria empresa.

Os trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho de 25%, 50% ou 70% recebem parte do salário e um percentual do valor do seguro-desemprego.

O cálculo de quanto o trabalhador vai receber, ou perder de renda, é feito com base no valor do seguro-desemprego a que cada um tem direito e o percentual de redução da jornada e do salário.

O trabalhador que teve jornada reduzida em 25%, receberá 75% do salário pago pela empresa + 25% do valor do seguro-desemprego a que tem direito, que será pago pelo governo.

Quem que teve jornada reduzida em 50%, receberá 50% do salário da empresa + 50% do valor do seguro-desemprego do governo.

No caso do trabalhador que teve jornada reduzida em 70%, a empresa pagará 30% do salário e o governo 70% do valor do seguro-desemprego.

Fonte: CUT

Mesmo com lucros, grandes bancos demitem em meio à pandemia

Santander, Itaú e Bradesco registram lucros no primeiro semestre mas descumprem acordo firmado com a categoria



- Empresas lucrativas demitem e governo Bolsonaro nada faz
- Bancos não cumprem o compromisso de não demitir durante a pandemia
- Eficiência do setor financeiro não mira bons serviços, mas menores custos

A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, criticou as demissões que estão sendo promovidas pelos grandes bancos brasileiros em meio à pandemia do novo coronavírus. “Esses bancos estão em

boa situação financeira, muito melhor do que outras empresas, mais atingidas pela crise sanitária, e mesmo assim passaram a demitir, eliminando postos de trabalho. Fazem isso depois de firmarem um acordo de não promoverem demissões durante a pandemia. Só que a pandemia ainda não acabou”, afirmou Juvandia. A Contraf-CUT e o movimento sindical têm feito campanha para denunciar a quebra de compromisso das instituições financeiras.

“Essas demissões estão acontecendo porque o governo Bolsonaro não tem compromisso com os trabalhadores. Em outros países, o governo federal não deixa que as empresas lucrativas demitam”, criticou a presidenta da Contraf-CUT. Desde o início da pandemia, o Santander demitiu mais de mil bancárixs. Outras 400 demissões foram feitas pelo Itaú e o Bradesco anuncia que também vai demitir. Nesta segunda-feira (29), o Bradesco enviou aos funcionárixs comunicado no qual informa que irá conceder um benefício adicional no desligamento sem justa causa. O documento alertou xs bancárixs para demissões.

“O Bradesco foi a companhia aberta com os maiores lucros da América Latina nesse primeiro semestre. Foram mais de R\$ 7 bilhões; o Itaú é a marca mais valiosa do Brasil avaliada em R\$ 24,5 bilhões e o Santander tira do Brasil seu maior lucro no mundo”, lembrou a presidenta da Contraf-CUT.

Marketing

Um dos grandes bancos que descumpre o acordo firmado no começo da pandemia é o Itaú. Foram cerca de 400 demissões, principalmente no setor de Veículos. “Depois que a gente fechou a campanha nacional dos bancárixs, o Itaú começou a demitir. O banco doou 1 bilhão na pandemia, mas demite. Isso era só marketing? Como fica sua imagem sabendo que a marca Itaú é a mais valiosa do país e está demitindo?”, questiona Juvandia.

O campeão das demissões em 2020 é o Santander. Foram cerca de mil bancárixs demitidxs desde maio, quando o banco começou a escalada de demissões. O lucro do banco no país representa 32% de todo seu lucro mundial. O Santander fez uma reserva de R\$ 10,4 bi, para cobrir possíveis calotes que reduziu o lucro de R\$ 7,749 bilhões para R\$ 5,989 bilhões. Sem as provisões para créditos de

liquidação duvidosa (PDD), a queda no lucro do Santander viraria crescimento de 8,8%. O Banco Central havia liberado as PDDs, mas mesmo assim os grandes bancos provisionaram. “Não existe qualquer justificativa econômica para as demissões nesses bancos. São instituições com comprovada saúde financeira”, avalia a presidenta da Contraf-CUT.

Eficiência?

Nos balanços financeiros, os grandes bancos divulgam o chamado “Índice de Eficiência Bancária”, que resulta da divisão entre as despesas não decorrentes de juros, entre as quais se destacam as despesas com pessoal e tributárias e as receitas auferidas pelos bancos, entre elas, a receita de prestação de serviços. Por exemplo, um banco com índice de eficiência de 41% é aquele que, para obter uma receita de R\$ 100,00, gasta R\$ 41,00. Na lógica do Índice de Eficiência Bancária, esse banco deverá obter os mesmos R\$ 100,00 com menos despesas.

Entre os grandes bancos que estão desrespeitando o acordo da pandemia, o atual campeão das demissões, o Santander, de acordo com os balanços de junho de 2020, tem o índice de 35,7%, considerado no setor o de melhor desempenho. Itaú vem em segundo lugar, com 45,4%, em seguida está o Bradesco, com 47,8%. “Esse capitalismo financeiro chama de eficiência não o bom atendimento à população, menores taxa ou melhores serviços. Chama de eficiência um termo técnico para dizer apenas que ganham mais gastando menos, empregando menos, com menos retorno para a sociedade”, avalia Juvandia Moreira.

Luta contra as demissões

A Contraf-CUT cobra a suspensão das demissões e continua com a campanha para denunciar a quebra de compromisso dos bancos de não demitir durante a pandemia, articulando as várias campanhas contra as demissões que já vem ocorrendo em cada banco. Serão organizadas manifestações e ações pelas redes sociais para mostrar que demissões não combinam com os bons resultados financeiros dos bancos em 2020.

Fonte: CONTRAF

STF nega liminar ao Congresso e autoriza ‘fatiamento’ da Petrobras e venda de refinarias

Voto vencido, ministro Ricardo Lewandowski classificou de “meta-jurídicos” os argumentos usados para justificar a privatização de refinarias. “Questão envolve a própria segurança nacional”



Mais moderna refinaria construída pela Petrobras, a Abreu e Lima apresenta a maior taxa de conversão de petróleo cru em diesel (70%). Vai agora fazer a alegria de empresas privadas, em vez de contribuir para investimentos em setores como educação e saúde

Em julgamento da Reclamação nº 42576, concluído nesta quinta-feira (10), o Supremo Tribunal Federal negou liminar às mesas diretoras da Câmara e do Senado e autorizou a privatização de oito refinarias da Petrobras sem aval do Legislativo. Juntas, as refinarias são responsáveis pelo refino de metade da produção nacional do segmento. Isso representa capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia.

Na Reclamação, Câmara e Senado argumentaram que as refinarias são parte da empresa-mãe, ou seja, a própria Petrobras, e não subsidiárias. Sob essa condição, portanto, não poderiam ser vendidas sem autorização do Congresso. O governo baseou-se no artigo 64 da Lei do Petróleo (nº 9478/1997), que permite que

se “criem” subsidiárias para fins de privatização para argumentar que a alienação das refinarias apenas faz parte de uma estratégia de negócios.

Votaram a favor do governo de Jair Bolsonaro os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Os ministros Edson Fachin (relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello foram vencidos. O decano Celso de Mello não participou da sessão, realizada remotamente.

Ambas as partes citaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624, na qual, em junho de 2019, o STF decidiu que a alienação de empresas-mãe ou matrizes exige autorização do Legislativo, mas que isso não se aplica às subsidiárias.

Questão de segurança nacional

Em seu voto, Lewandowski classificou de “meta-jurídicos” os argumentos usados para justificar as privatizações. Segundo ele, a questão não diz respeito “a técnicas, mas estamos em face de uma questão que diz respeito à própria segurança nacional”. Ele lembrou que a venda de oito refinarias “é uma entrega de mais ou menos a metade do mercado brasileiro no refino de petróleo”.

Citando entrevista do engenheiro Ricardo Maranhão, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Lewandowski afirmou que vender as refinarias “é um erro estratégico gravíssimo, uma negação dos objetivos que levaram à criação da Petrobras”. A decisão, agora formalizada pelo STF e que autoriza o negócio, aumentará a dependência da importação de derivados, destacou o ministro. “Vamos aumentar a exportação de petróleo cru e aumentar a importação, retomando o caminho (da dependência) colonial em pleno século 21”, ressaltou, citando a entrevista.

Lewandowski alertou ainda que, neste processo de privatização, o setor privado prefere comprar as refinarias em vez de investir em novas unidades de produção. “Quem não quer comprar uma refinaria pronta e amortizada, com suas instalações montadas e seu corpo de técnicos? É importante que nós e a nação saibam o que está ocorrendo neste processo. Vamos entregar algo pronto e acabado para a iniciativa privada, estrangeira ou nacional?”, questionou o ministro.

Governo x Estado

Ainda citando Lewandowski, o negócio autorizado pelo STF não deveria se resumir “a mera opção governamental”. “Constitui uma decisão que se projeta no tempo, configurando política de Estado, que deve ser precedida de amplo debate, pois pode afetar as gerações vindouras.” Por isso, pontuou, a medida deveria sim ser submetida “aos representantes do

povo”, no Congresso Nacional, para proporcionar amplo debate. “É uma medida de Estado, não de governo.”

Em seu voto, o ministro Marco Aurélio usou de ironia, citando o antigo bordão “o petróleo é nosso”. “Mas parece que não é bem assim, ao menos para alguns desavisados”, disse. “Mas parece que não é bem assim, ao menos para alguns desavisados”, disse. Segundo ele, seria no mínimo razoável a concessão da liminar (uma tutela de urgência) requerida pelo Congresso para suspender, ao menos provisoriamente, as privatizações das refinarias.

Moraes, com o governo

O ministro Alexandre de Moraes sintetizou o voto vencedor, abrindo divergência ao posicionamento do relator Fachin. Moraes citou o Ministério da Economia, que alega inúmeros “benefícios” com a venda das refinarias. Entre eles, supostas vantagens financeiro-tributárias e monetização de créditos tributários. “Os potenciais compradores pretendem adquirir complexos instalados sem prejuízos das operações”, disse. Um esperado aumento do interesse do mercado e a melhora da percepção dos valores dos ativos, igualmente segundo os humores do mercado, também justificam a privatização, na avaliação de Moraes.

As refinarias que o STF liberou para a venda são Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar) e Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná; Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas; e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará.

Edição: Fábio M. Michel

Fonte: RBA

Segurados do INSS podem ser afetados pelo financiamento do Renda Cidadã



Os aposentados levam anos para ter seu pedido na Justiça concedido e, agora, podem ter seu dinheiro vilipendiado pelo Governo”, comentou o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), João Batista Inocentini

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que aguardam em uma longa lista de espera pela autorização dos pagamentos atrasados podem ter perdido todo este tempo.

Mesmo que ainda se trate apenas de uma suposição, pode ser que o programa Renda Cidadã, elaborado no intuito de substituir o Bolsa Família, seja custeado pelas ordens judiciais de pagamento direcionadas a dívidas do Governo Federal junto aos cidadãos após perder ação judicial.

Sendo assim, mesmo após ser derrotada na Justiça a União deve quitar a dívida, tendo em vista que não há como entrar com nenhum outro recurso.

A título de informação, as dívidas da União com os brasileiros que foram contemplados por ações judiciais foram de R\$ 22,3 bilhões em 2015, para R\$ 70,4 bilhões em 2020. Deste montante, R\$ 13,4 bilhões correspondem ao

pagamento de sentenças previdenciárias.

Há rumores de que este número pode ser ainda maior. Isso porque, este levantamento apurou somente as Requisições de Pequeno Valor (RPVs), as quais se tratam de ordens de pagamento de, no máximo, 60 salários mínimos (R\$ 62.700), que devem ser pagos mensalmente.

Já no caso dos precatórios, aquelas dívidas superiores ao valor mencionado, estas devem ser pagas de uma só vez dentro do período anual.

Para 2020, o Conselho da Justiça Federal (CJF), disponibilizou R\$ 31,7 bilhões. Deste total, R\$ 7,98 bilhões equivalem à condenação mediante matéria previdenciária.

Neste caso, os cidadãos que esperavam obter na Justiça, o direito à aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença ou algum outro benefício previdenciário, sem contar as indenizações.

Sindicato questiona parecer no STF

Na oportunidade, o presidente do Sindnapi, João Batista, explicou que, “a constituição não permite que as verbas destinadas a precatórios previdenciários sejam desviadas, pois, elas têm caráter alimentar.

A não ser que seja feita uma Emenda à Constituição. Se for este o caso, nós vamos procurar deputados e senadores para barrar a medida”.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) se trata de uma das medidas utilizadas pelo senador, vice-líder do Governo e relator da PEC Emergencial, Márcio Bittar (MDB-AC), irá recorrer para assegurar a retirada de recursos precatórios.

Na oportunidade, o senador afirmou que a PEC que será enviada para o Congresso Nacional deverá prever o custeio do Renda Cidadã perante recursos do Fundo de Educação Básica (Fundeb), bem como, verbas poupadas pelo Orçamento no intuito de arcar com o pagamento dos precatórios.

“É inconstitucional, se o Governo teimar em apresentar essa proposta, nós vamos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que esse dinheiro não tenha outra destinação”, garantiu Inocentini.

Ministro da Economia diz se tratar de um ‘estudo’

Durante uma coletiva de imprensa realizada nesta quinta-feira, 01, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Governo não tem a intenção de usar os referidos recursos precatórios, mesmo que tenha acordado a medida junto ao presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o ministro, o processo ainda está em fase de estudos.

“Se queremos respeitar o teto, temos que passar pela lupa em todos os gastos, para evitar propostas de romper teto, de financiar

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

programa de forma equivocada, que nunca foi nossa ideia”, afirmou Paulo Guedes em contradição com o senador Márcio Bittar.

Dica Extra do Jornal Contábil: Compreenda e realize os procedimentos do INSS para usufruir dos benefícios da previdência social.

Já pensou você saber tudo sobre o INSS desde os afastamentos até a solicitação da aposentadoria, e o melhor, tudo isso em apenas um final de semana? Uma alternativa rápida e eficaz é o curso INSS na prática:

Trata-se de um curso rápido, porém completo e detalhado com tudo que você precisa saber para dominar as regras do INSS, procedimentos e normas de como levantar informações e solicitar benefícios para você ou qualquer pessoa que precise.

Fonte: Com informações de ‘O Dia’ adaptado por Laura Alvarenga para o Jornal Contábil / R7



www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF